

 Semana de 25 a 29 de Setembro de 2017

CONGRESSO NACIONAL

|  |  |
| --- | --- |
| PLENÁRIO |  Em Reunião Deliberativa Extraordinária, realizada na quarta (27), às 14h30, não foi deliberada a [MSC 186/2017](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2140382) de autoria do Poder Executivo que acorda para a implementação de Bases de Dados Compartilhadas de Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade do Mercosul e Estados Associados, assinado em San Miguel de Tucumán, em 30 de junho de 2008, apensado a [MSC 187/2017](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2140380). O parecer do relator, deputado Felipe Bornier (PROS/RJ), é pela aprovação da matéria.          Na mesma Sessão, foi aprovado por unanimidade o parecer do relator, deputado Jean Wyllys (PSOL/RJ), pela aprovação da [MSC 217/2017](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2143242), do Poder Executivo, com o seguinte conteúdo: texto do Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Primário/Fundamental/Básico e Médio/Secundário entre os Estados Partes do Mercosul e Estados Associados, assinado em San Juan, Argentina, em 2 de agosto de 2010.          Também foi aprovado por unanimidade o parecer do relator, deputado Celso Russomano (PRB/SP), pela aprovação do [PL 1786/2015](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1301557), do deputado Roney Nemer (PP/DF), que acrescenta o art. 36-E à [Lei 9.394/ 1996](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html) (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). |
| MEDIDAS PROVISÓRIAS |  Foi realizada, na terça-feira (26), às 14h, a audiência pública interativa da Comissão Mista de Medida Provisória (CMMPV) que debateu a [**MPV nº 789/2017**](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2017/medidaprovisoria-789-25-julho-2017-785248-norma-pe.html)que altera **a** [**Lei nº 7.990/1989**](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1989/lei-7990-28-dezembro-1989-372285-norma-pl.html) **e a** [**Lei nº 8.001/1990**](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8001-13-marco-1990-372557-norma-pl.html) para dispor sobre a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais. Na sessão, foi prejudicado o REQ 10, do deputado Hildo Rocha (PMDB/MA), e aprovado o REQ nº 11, da deputada Magda Mofatto (PR/GO). Estiveram presentes os convidados Thalyta Alves (Técnica da Confederação Nacional dos Municípios – CNM), Marcelo Nassif (Diretor de Mineração, Energia e Infraestrutura da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig), Vitor Penido de Barros (Diretor-Presidente da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais – AMIG), Delmo Manoel Pinho (Subsecretário de Transportes do Estado do Rio de Janeiro) e Darci José Lermen (Prefeito de Parauapebas – PA). A sessão durou cerca de duas horas e meia. Também foi realizada outra audiência pública da CMMPV, na terça-feira (26), às 16h, que debateu a [**MPV nº 790/207**](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2017/medidaprovisoria-790-25-julho-2017-785249-norma-pe.html) que altera o [**Decreto-Lei nº 227/1967**](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-227-28-fevereiro-1967-376017-norma-pe.html) (Código de Mineração) e **a** [**Lei nº 6.567/1978**](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6567-24-setembro-1978-365772-norma-pl.html) que dispõe sobre regime especial para exploração e aproveitamento das substâncias minerais que especifica e dá outras providências. Participaram da sessão os convidados Maurícyo José Andrade Correia (Secretário Adjunto de Geologia, Mineração e Transformação Mineral), Vicente Humberto Lôbo Cruz (Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral), Juliana Rocha (Analista Ambiental da Diretoria de Licenciamento), Adriano Drummond Cançado Trindade (advogado), Luis Mauricio Ferraiuoli Azevedo (Representante de Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral (ABPM)), Victor Hugo Froner Bicca (Representante de Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM). A sessão foi presidida pela deputada Geovania de Sá (PSDB/SC) e durou cerca de duas horas e meia. Também foi realizada Audiência Pública Interativa da CMMPV, na quarta-feira (27), às 09h30, que debateu a [**MPV nº 791/2017**](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/130150) (que cria a Agência Nacional de Mineração e extingue o Departamento Nacional de Produção Mineral). Estavam presentes os convidados Vicente Humberto Lôbo Cruz (Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia), Maurícyo José Andrade Correia (Secretário-Adjunto de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia), Victor Hugo Froner Bicca (Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral) Na quarta-feira (27), às 16h, foi realizada mais uma sessão da CMMPV para debater a [**MPV nº 790/207**](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2017/medidaprovisoria-790-25-julho-2017-785249-norma-pe.html) (que altera o [**Decreto-Lei nº 227/1967**](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-227-28-fevereiro-1967-376017-norma-pe.html) (Código de Mineração) e **a** [**Lei nº 6.567/1978**](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6567-24-setembro-1978-365772-norma-pl.html) que dispõe sobre regime especial para exploração e aproveitamento das substâncias minerais que especifica e dá outras providências). Participaram da audiência os convidados Fernando Mendes Valverde (Presidente Executivo da Associação Nacional das Entidades de Produtores de Agregados para Construção - ANEPAC), Carlos Alberto Lancia (Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Águas Minerais - ABINAM), Fernando Antonio Freitas Lins (Diretor do Centro de Tecnologia Mineral - CETEM), Telton Elber Correa (Ex-Diretor Geral Interino do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM), Carlos Nogueira (Instituto de Desenvolvimento da Mineração). A sessão durou cerca de uma hora e meia. Por fim, foi realizada Audiência Pública Interativa da Comissão Mista Especial (CME) da Lei Kandir, na quarta-feira (27), às 14h30. Foram aprovados os requerimentos nº 10/2017 (do deputado Hugo Leal (PSB/RJ) que requer a realização de seminário, no âmbito dessa Comissão Mista, no Estado do Rio de Janeiro), nº 11/2017 (do deputado Hugo Leal (PSB/RJ) que requer aditamento ao Requerimento nº 003/2017, de autoria do Senador Wellington Fagundes (PR/MT), para inclusão do nome do Professor Bruno Leonardo Barth Sobral como convidado para participar de audiência pública aprovada nessa Comissão), nº 12/2017 (do Senador Paulo Rocha (PT/PA) que requer que seja convidado a participar de Audiência Pública nesta Comissão um representante da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital – FENAFISCO), nº 13/2017 (do Senador Wellington Fagundes (PR/MT) que requer ao Tribunal de Contas da União informações sobre as medidas tomadas para cumprir a decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 25), nº 14/2017 (do Senador Wellington Fagundes (PR/MT) que requer ao Ministro de Estado da Fazenda o envio dos dados referentes ao valor das perdas de arrecadação da Lei Kandir) nº 15/2017 (do Senador Wellington Fagundes (PR/MT) que requer que sejam solicitados ao Ministro de Estado da Fazenda informações do Consórcio Nacional de Secretarias de Fazenda, Finanças, Receita e Tributação (Consefaz), para auxiliar nos trabalhos desta Comissão), nº 16/2017 (do senador Wellington Fagundes (PR/MT) que requer que seja solicitado ao Ministro de Estado da Fazenda o acesso à base de dados de notas fiscais eletrônicas e a outros dados balizadores dos cálculos das perdas de receita resultante da não incidência sobre as exportações de bens primários e semielaborados do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação - ICMS). Participaram da sessão os convidados Telmo Lemos Filho (Presidente da ANAPE), Armando Melo (Representante de Governo do Acre), Charles Mathusalem (Representante do TCU), Regis Mattos Teixeira (Presidente do CONSEPLAN), Eduardo Refinetti Guardia (Representante de Ministério da Fazenda), Roberto Kupski (Presidente da FEBRAFITE), Simão Cirineu Dias (Representante do Goiás) Reinaldo Azambuja (Governador de Mato Grosso do Sul), Wellington Dias (Governador do Piauí), José Ivo Sartori (Governador do Rio Grande do Sul), Carlos Fávaro (Vice-Governador de Mato Grosso), André Horta (Representante de CONFAZ), Simão Jatene (Governador do Pará), Carlos Henrique Oliveira (Representante do Governo do DF), Marcellus Ribeiro (Representante de Governo do Maranhão). |

SENADO FEDERAL

|  |  |
| --- | --- |
| PLENÁRIO |  Em Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal, realizada na terça-feira (26), às 14h, foi aprovado com a emenda 20-Plen (Substitutivo) o [PLS nº 206/2017](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/129782) que altera as Leis [nº 9.096/1995](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1995/lei-9096-19-setembro-1995-368874-norma-pl.html) (Lei dos Partidos Políticos) e [nº 9.504/1997](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1997/lei-9504-30-setembro-1997-365408-norma-pl.html) (Lei Geral das Eleições) para instituir o Fundo Especial de Financiamento de Campanha, permitir a propaganda eleitoral paga no rádio e na televisão, e restringir o horário eleitoral gratuito aos canais de rádio e de televisão de responsabilidade do poder público.O Senador Armando Monteiro (PTB/PE) proferiu o Parecer nº 154, de 2017-PLEN-SF, de Plenário, em substituição à CCJ, concluindo pela aprovação da matéria na forma de substitutivo apresentado, pela prejudicialidade dos [PLS nº 82/2013](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/111670)**,** [nº 142/2015](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/120239) **e** [nº 108/2017](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/128847)e pelo prosseguimento da tramitação do [PLC nº 202/2015](https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/124341). Em virtude da revogação do Decreto nº 9.147/2017, pelo Presidente da República, o [PDS nº 160/2017](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/130514) perdeu o objeto, foi declarado prejudicado e agora vai ao arquivo. A matéria pretendia sustar os efeitos do [Decreto nº 9.142/2017](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9142-22-agosto-2017-785364-norma-pe.html) que extingue a Reserva Nacional de Cobre e seus associados, localizada no Pará e no Amapá. **Tramitava em conjunto com os** [PDS nº 169/2017](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/130598)**,** [nº 170/2017](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/130641) **e** [nº 171/2017](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/130642)**.** |

CÂMARA DOS DEPUTADOS

|  |  |
| --- | --- |
| PLENÁRIO |   Foi realizada Sessão não Deliberativa Solene na segunda (25), às 10h, em Homenagem ao Dia Nacional dos Vicentinos. |

|  |
| --- |
| PAUTA NAS COMISSÕES |

EDUCAÇÃO

|  |  |
| --- | --- |
| EDUCAÇÃO INDÍGENA | Senado Federal |Comissão de Educação (CE) | 26 (terça) às 11h30, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15[PLS 737/15](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/124008)- Institui os territórios étnico-educacionais como forma facultativa de organização da educação escolar indígena. O relatório é pela aprovação do projeto. Mais uma vez a apreciação do projeto foi adiada. |
| EDUCAÇÃO E APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA | **Senado Federal |Comissão de Educação (CE) | 26 (terça) às 11h30, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15**[**PLC 75/17**](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/130023)- Altera a Lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir o conceito de “educação e aprendizagem ao longo da vida” entre os princípios do ensino, bem como no âmbito da educação de jovens e adultos e da educação especial. **Foi adiada a apreciação desta matéria na comissão de educação.**  |
| EDUCADOR SOCIAL | **Senado Federal |Comissão de Assuntos Sociais (CAS) | 27 (quarta), Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9**[**PLS 328/15**](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/121529)- Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educadora e Educador Social, relacionada à realização de ações afirmativas, mediadoras e formativas, com atuação dentro ou fora dos âmbitos escolares, a partir das políticas públicas definidas pelos órgãos federais, estaduais, do Distrito Federal ou municipais. O relatório é pela aprovação do projeto. **Foi adiada a votação do relatório.**  |
| IMPACTOS DA REFROMA DA PREVIDÊNCIA NA EDUCAÇÃO  | **Senado Federal |Comissão de Educação (CE) | 27 (terça) às 10h30, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15**[**AUDIÊNCIA PÚBLICA**](http://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?reuniao=6659)**Não foi realizada a audiência que contaria com os seguintes convidados:** Arthur Esperandéo de MacedoPresidente da Associação Nacional dos Centros Universitários – AnaceuSelene Barbosa MichielinSecretária de Aposentados e Assuntos Previdenciários da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTEAmábile PáciosVice-Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares - FenepEblin FaragePresidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - AndesEduardo Rolim de OliveiraPresidente da Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico - ProifesBruna ChavezBrelazDiretora de Relações Institucionais da União Nacional dos Estudantes - UNEGilson Luiz ReisCoordenador-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino - CONTEELéia de Souza OliveiraCoordenadora-Geral da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil - FasubraCátia Cilene FaragoCoordenadora-Geral do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - Sinasefe |
| DIREITO SOCIAL À EDUCAÇÃO  | **Câmara dos Deputados |CSSF| 27 (quarta) às 9h:00, Anexo II, Plenário 07**[**PL 3625/2015** –](http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2055016)“estabelece Diretrizes para o acesso ao direito social à educação e para a priorização dos ideais de coletividade, de solidariedade, do trabalho voluntário e dá outras providências". O relatório é pela aprovação. **A matéria não foi deliberada.**  |
| FUNDO NACIONAL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL | **Câmara dos Deputados |CFT| 27 (quarta) às 10h:00, Anexo II, Plenário 04**[**PL 1228/2015 –**](http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1215076)"institui o **fundo Nacional de Educação Ambiental - FNEA** e dá outras providências". O Relatório é pela **compatibilidade e adequação financeira e orçamentária,** com emenda de adequação; e, no mérito, pela aprovação. **O parecer foi aprovado por unanimidade.**  |

FILANTROPIA

|  |  |
| --- | --- |
| POLÍTICA NACIONAL DE INCENTIVO À ECONOMIA CRIATIVA | Câmara dos Deputados | Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) | 27 (quarta) às 09h30, Anexo II, Plenário 05[PL 3396/2015](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2024504) - Foi feita a leitura e foi deliberada a aprovação do parecer da matéria do deputado Agelim (PT/AC) que Institui a Política Nacional de Incentivo à Economia Criativa, apensado o [PL 3672/2015](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2055722). O relatório do relator, deputado Lucas Vergilio (SD/GO), é pela aprovação deste, com emenda, e pela rejeição do [PL 3672/2015](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2055722), apensado. |

JUVENTUDE

|  |  |
| --- | --- |
| AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O FUNDEB | Câmara dos Deputados | Comissão Especial |26 (terça) às 10h30, Anexo II, Plenário 09Foi realizada a audiência pública com o tema ‘’Discussão da [PEC nº 15 de 2015](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1198512): análise do texto e sugestões para o seu aprimoramento". (A PEC nº 15/2015torna o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb instrumento permanente de financiamento da educação básica pública, inclui o planejamento na ordem social e insere novo princípio no rol daqueles com base nos quais a educação será ministrada, e revoga o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais TransitóriasA audiência foi presidida pela autora da matéria, deputada Raquel Muniz (PSD/MG), e durou cerca de duas horas. Estavam presentes os convidados Marta Teresa da Silva Arretche e Caio Callegari. Participaram da audiência os consultores executivos Paulo Sena e Claudio e a deputada Professora Dorinha Seara Rezende (DEM/TO). |
| ALTERA A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA ECUCAÇÃO NACIONAL | **Câmara dos Deputados |Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)| 26 (terça) às 14h30, Anexo II, Plenário 01**[**PL 690/2015**](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=996724)**– Não foi deliberada a matéria de autoria do Senador Beto Rosado** (PP/RN) que altera o art. 44 da [**Lei nº 9.394/1996**](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html) (Lei de Diretrizes d Bases Da Educação Nacional) para admitir a matrícula em curso de graduação de estudante que, ainda cursando o ensino médio, tenha sido aprovado em processo seletivo e obtido pontuação no Exame Nacional de Ensino Médio que o habilite ao certificado de conclusão desse nível de ensino. |
| INSITITUI A SEMANA NACIONAL DE COMBATE À SEXUALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES | **Câmara dos Deputados | Comissão de Constituição e Cidadania (CCJC)| 26 (terça) às 14h30, Anexo II, Plenário 01**[**PL 1454/15**](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1230259)– **Foi aprovado o requerimento de retirada de pauta, de autoria da deputada Maria do Rosário** (PT/RS), da matéria do Senador Roberto Alvez (PRB/SP) que institui a Semana Nacional de Combate a Sexualização de Crianças e Adolescentes. O parecer do relator, Antonio Bulhões (PRB/SP), é pela aprovação com substitutivo.  |
| REQUER CONVIDADOS PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PL 2438/2015 | **Câmara dos Deputados | PL 2438/15 - Enfrentamento o Homicídio de Jovens | 26 (terça) às 17h, Anexo II, Plenário 16**[**REQ 21/2016**](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2085835) **– Não foi deliberado o requerimento** do deputado Reginaldo Lopes (PT/MG) que solicita que sejam convidados para participar de Audiência Pública desta Comissão para debater o [**PL 2438/15**](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1594295) (que institui o plano nacional de enfrentamento ao homicídio de jovens, estabelece a sua avaliação e dá outras providências) as seguintes pessoas: Michele Gonçalves dos Ramos (Instituto Igarapé), Dr. Paulo Rangel (Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro), Dr. Jorge Terra (Procurador do Estado do Rio Grande do Sul) a Sra. Luislinda Dias de Valoá Santos (Desembargadora do Tribunal de Justiça da Bahia), o Dr. Hédio Silva Júnior (Ex-secretário da Justiça e Cidadania de São Paulo) e o Sr. Frei David Santos (diretor executivo da Educafro). |
| REQUER CONVIDADOS PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PL 2438/2015 | **Câmara dos Deputados | PL 2438/15 - Enfrentamento o Homicídio de Jovens | 26 (terça) às 17h, Anexo II, Plenário 16**[**REQ 22/2016**](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2085836) **– Não foi deliberado o requerimento do deputado** Reginaldo Lopes (PT/MG) que solicita que sejam convidados para participar de Audiência Pública desta Comissão para debater o [**PL 2438/15**](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1594295) (que institui o plano nacional de enfrentamento ao homicídio de **jovens**, estabelece a sua avaliação e dá outras providências) as seguintes pessoas: a Sra. Lecy Brandão, Dep. Estadual do Estado de São Paulo, Prof. Nelson Inocêncio (NEAB/UnB), Dra. Lucélia Aguiar, Advogada e presidente da Comissão da Verdade Sobre a Escravidão Negra no Distrito Federal e Entorno, do Sindicato dos Bancários de Brasília, a Sra. Márcia de Alencar Araújo, Secretária de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal, a Sra. Daniela Luciana Silva, Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, Layla Marizanda, do Fórum de Juventude Negra do DF, Sr. Victor Nunes, do presidente do CDDN/Conselho de Defesa dos Direitos do Negro do DF, Waldiceia de Moraes Teixeira (Pastora Wal), Aliança de Negras e Negros Evangélicos do Brasil. |
| REQUER CONVIDADOS PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PL 2438/2015 | **Câmara dos Deputados | PL 2438/15 - Enfrentamento o Homicídio de Jovens | 26 (terça) às 17h, Anexo II, Plenário 16**[**REQ 23/2016**](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2085837)**– Não foi deliberado o requerimento** do deputado Reginaldo Lopes (PT/MG) que solicita que sejam convidados para participar de Audiência Pública desta Comissão para debater o [**PL 2438/15**](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1594295) (que institui o plano nacional de enfrentamento ao homicídio de jovens, estabelece a sua avaliação e dá outras providências) as seguintes pessoas: Sr. Milton Gonçalves, Sr. João Jorge Santos Rodrigues, Presidente do Olodum, Dr. Ivan Cláudio Marx, procurador da República, e o Prof. Dr. Paulino de Jesus Francisco Cardoso, Presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros - ABPN, coordenador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros - NEAB/UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina |
| REQUER CONVIDADOS PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PL 2438/2015 | **Câmara dos Deputados | PL 2438/15 - Enfrentamento o Homicídio de Jovens | 26 (terça) às 17h, Anexo II, Plenário 16**[**REQ 24/2016**](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2085838) **– Não foi deliberado o requerimento** do deputado Reginaldo Lopes (PT/MG) que solicita que sejam convidados para participar de Audiência Pública desta Comissão para debater o [**PL 2438/15**](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1594295) (que institui o plano nacional de enfrentamento ao homicídio de jovens, estabelece a sua avaliação e dá outras providências) as seguintes pessoas: Dr. Ivan Renato de Lima, Presidente da Comunidade Negra de São Paulo, Andressa Caldas, Representante da ONG Justiça Global, Dr. Jorge da Silva, Doutor em Ciências Sociais pela UERJ, Dr. Nilson Bruno, Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro, e o Dr. Hélio Santos, doutor em Administração pela FEA/USP e consultor na área de Responsabilidade Social e Gestão da Diversidade. |
| REQUER CONVIDADOS PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PL 2438/2015 | **Câmara dos Deputados | PL 2438/15 - Enfrentamento o Homicídio de Jovens | 26 (terça) às 17h, Anexo II, Plenário 16**[**REQ 25/2016**](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2085839) **– Não foi deliberado o requerimento do deputado Reginaldo Lopes** (PT/MG) que solicita que sejam convidados para participar de Audiência Pública desta Comissão para debater o [**PL 2438/15**](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1594295) (que institui o plano nacional de enfrentamento ao homicídio de jovens, estabelece a sua avaliação e dá outras providências) as seguintes pessoas: Sr. Dhay Borges, Coletivo Nacional de Entidades Negras/CEN, Sra. Álice Scartezini Coordenadora de Investimento Social Privado do Grupo Caixa Seguros, Sra. Sueli Carneiro Doutora em Filosofia da Educação pela USP, escritora e diretora do Geledés - Instituto da Mulher Negra, Sr. Eduardo Antonio Estevam Santos, professor e doutor em história, pesquisador da Fundação Biblioteca Nacional e militante do Movimento Negro Unificado (MNU) e Pedro Paulo Soares Pereira, mais conhecido como Mano Brown, rapper brasileiro, vocalista dos Racionais MC's. |
| REQUER CONVIDADOS PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PL 2438/2015 | **Câmara dos Deputados | PL 2438/15 - Enfrentamento o Homicídio de Jovens | 26 (terça) às 17h, Anexo II, Plenário 16****[REQ 26/2016](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2152524)****Não foi deliberado o requerimento** do deputado Reginaldo Lopes (PT/MG) que solicita que sejam convidados para participar de Audiência Pública desta Comissão para debater o [**PL 2438/15**](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1594295)(que institui o plano nacional de enfrentamento ao homicídio de jovens, estabelece a sua avaliação e dá outras providências) as seguintes pessoas: o Exmo. Senhor Torquato Jardim, Ministro da Justiça e Segurança Pública e o Sr. Carlos Alberto dos Santos Cruz, Secretário Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça. |
| INCLUI A PEDOFILIA NO ROL DE CRIMES HEDIONDOS | **Câmara dos Deputados | Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) | 27 (quarta) às 09h, Anexo II, Plenário 07****[PL 1776/2015](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2152524)****Foi aprovado o requerimento de retirada de pauta**, de autoria da deputada Laura Carneiro (PMDB/RJ), do projeto de leido deputado Paulo Freire (PR/SP) que inclui no rol de Crimes Hediondos os Crimes de Pedofilia , apensado ao [**PL 5322/2016**](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2084873). O relatório do relator, deputado Rôney Nemer (PP/DF), é pela aprovação. |
| ASSEGURA TRANSPORTE AOS BENEFICIÁRIOS DO PRONATEC | **Câmara dos Deputados | Comissão de Finanças e Tributação | 27 (quarta) às 10h, Anexo II, Plenário 04**[**PL 3410/2012**](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=536797) **– Devido ao início da ordem do dia, não foi deliberada** a matéria do deputado Nilson Leitão (PSDB/MT) que acrescenta parágrafo ao art. 4º da [**Lei nº 12.513/2011**](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2011/lei-12513-26-outubro-2011-611700-norma-pl.html)para assegurar transporte escolar aos beneficiários da Bolsa-Formação Estudante do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). O parecer do relator, deputado José Guimarães (PT/CE) é pela aprovação. |
| ALTERA O ESTATUTO DA JUVENTUDE | **Câmara dos Deputados | Comissão de Viação e Transportes | 27(quarta) às 10h, Anexo II, Plenário 11**[**PL**](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2152524) **5048/2016 – Foi aprovado o requerimento de retirada de pauta**, de autoria do deputado Diego Andrade (PSD/MG),da matéria do deputado Izalci (PSDB/DF) que altera a redação do caput do art. 32 da [**Lei nº 12.852/ 2013**](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2013/lei-12852-5-agosto-2013-776713-publicacaooriginal-140688-pl.html), (Estatuto da Juventude) que inclui o transporte semiurbano no sistema de reserva de vagas para jovens de baixa renda. O relatório do relator, deputado Marcelo Álvaro Antônio (PR/MG), é pela aprovação com substitutivo. |
| INFORMAÇÕES QUE LEVEM AO CUMPRIMENTO DE MANDATOS DE PRISÃO REFERENTES A CRIMES COMETIDOS POS CRIANÇAS E ADOLESCENTES | **Câmara dos Deputados | Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) | 27 (quarta) às 10h, Anexo II, Plenário 06**[**PL 2319/2015**](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1570608) **–** Devido ao **cancelamento da sessão**, **não foi deliberado** o projeto de leido deputado Roberto Alves (PRB/SP) que cria incentivos para a prestação de informações que levem ao cumprimento de mandados de prisão referentes a crimes cometidos contra criança e adolescente. O relatório do relator, deputado Rocha (PSDB/AC), é pela aprovação. |
| AUDIÊNCIA PÚBLICA | **Câmara dos Deputados | Comissão de Drogas entre os Jovens no Brasil | 27 (quarta) às 15h, local a definir**Foi **cancelada** a audiência pública que discutiria o tema: ‘’Descriminalização das Drogas’’**Os convidados eram:****▪ Osmar Terra**Ministro de Estado Do Desenvolvimento Social (Confirmado);**▪ Paulo Teixeira**Deputado Federal (Confirmado)(Requerimento nº 15/2017, da Deputada Eliziane Gama) |
| ALTERA O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA) | **Senado Federal | Comissão de Constituição e Cidadania (CCJC)| 27 (quarta) às 10h, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3**[**PLS 664/2015**](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/123447) **– Foi aprovado o turno suplementar** de substitutivo oferecido ao PLS 664/2015, do Senador Ciro Nogueira (PP/PI), que Inclui o art. 244-C na [**Lei nº. 8.069/1990**](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-norma-pl.html) (Estatuto da Criança e do Adolescente) para tipificar o crime de induzimento, instigação ou auxílio à automutilação de criança ou adolescente. O relatório da relatora, senadora Ana Amélia (PP/RS), é pela aprovação nos termos do substitutivo. |
| ALTERA O CÓDIGO PENAL | **Senado Federal | Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC)| 27 (quarta) às 10h, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3**[**PL 358/2015**](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/121778) **– Foi adiada a deliberação** da matéria de autoriado Senador Raimundo Lira (PMDB/PB) que altera os arts. 27 e 288 do [Decreto-Lei nº 2.848/1940](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html)(Código Penal) para aumentar as penas previstas para os adultos que utilizam crianças ou adolescentes para a prática de crimes. O parecer do relator, senador Jader Barbalho (PMDB/PA), é pela aprovação. |

MEIO AMBIENTE

|  |  |
| --- | --- |
| Política Energética | Senado Federal | CI e CAE | 26 (terça), às 8h30, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19Na última terça feira por mais de 5 horas o Ministro de Minas e Energias, Fernando Coelho Filho defendeu a privatização da Eletrobrás diante dos senadores da CI e da CAE. A ideia central é ofertar 14 usinas hidrelétricas que voltaram ao patrimônio da União, embora ainda operadas pelas antigas concessionárias (Chesf, Furnas e Eletronorte), por meio de contrato. A Eletrobrás terá preferência para compra, mas para isso necessitará captar recursos no mercado por meio de lançamento de novas ações. Mesmo depois de ficar com participação minoritária no capital da Eletrobrás, o governo terá poder de veto em questões estratégicas, assegurou Fernando Coelho Filho. Como explicou o ministro, isso será possível porque o governo manterá ação classe especial que assegura esse poder, a chamada golden share, ou seja o veto em questões estratégicas dentro da companhia. O ministro não deu maiores detalhes de como se darão as operações, quando chegarão as Casas Legislativas, quanto ao formato se será, Projeto de Lei ou Medida Provisória, o Ministro disse que a Casa Civil que irá tomar essa decisão. Ele citou por cima, as reformas, mas sempre sem detalhes ou qualquer tipo de cronograma. Mas sempre ressaltando a importância dessa medida.  |
| Lei Kandir | **Senado Federal | CME Lei Kandir | 27 (quarta), às 14h30, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3**O Govenador do Piauí, Wellington Dias, afirmou que, há oito anos, o Governo Federal passou a não cumprir a lei de forma integral, e agora as coisas estão pior, uma vez que o ressarcimento praticamente não é mais realizado. Com isso, os governadores dos estados entraram com uma ação no STF para ter acesso ao fundo e este deu um prazo para que haja uma definição, por parte do Governo Federal, de qual fórmula será adotada para o pagamento do montante, e ele se encerra agora em novembro. Além disso, ele destacou que a questão possui dois caminhos possíveis: acabar com a Lei Kandir ou aprovar um projeto de lei garantindo uma regra que obrigue a União a compensar os estados. |
| MINERAÇÃO | **Câmara dos Deputados | CME | 26 (terça), às 14h, Anexo II, Plenário 02**Essa terça-feira (26/09) às 14h no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputado, aconteceu uma audiência pública conjunta de seis comissões, incluindo CME, CDC e CINDRA para debater a privatização da Eletrobrás e da extinção da Reserva Nacional do Cobre e seus Associados com a presença do Ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho e o líder do PMDB, Leonardo Quintão.A fala do Ministro foi voltada para uma posição favorável em relação à privatização da Eletrobras junto de uma crítica com relação aos gastos gerados pelas distribuidoras e repassados ao consumidor. Outro problema apontado é a pouca competitividade em comparação a outras empresas do setor elétrico. Apesar do tom central de sua apresentação, Coelho admitiu a existência de desafios para os processos de privatização que acontecem no país. Quintão, apesar de sua posição governista, criticou a forma como a privatização está sendo proposta. Segundo ele, a empresa está sendo subvalorizada e, com o processo, é preocupante a perda de controle estatal. |
| Combustíveis  | **Câmara dos Deputados | CDU | 26 (terça), às 14h, local a definir**Aconteceu nessa quarta-feira (26/09) às 14h no Plenário 05 da Câmara dos Deputados audiência pública para prestar esclarecimentos acerca da variação de preços da gasolina entre as Unidades Federativas advinda dos Requerimentos nº 142/2017 do Deputado Aureo e nº 175/2017 dos Deputados Chico Lopes, Severino Ninho e Weliton Prado.Durante a reunião foi debatido os critérios para os reajustes das tarifas e as disparidades de preços entre os diversos Estados do país. Em suas fala, o gerente geral de Marketing e Comercialização da Petrobras, Flávio Araújo, afirmou que a empresa é responsável por 27% do preço final da gasolina e por 48% do preço final do diesel e o restante correspondem a custos, impostos e margens de lucro.Ao final, foi percebido certa concordância pelos participantes quanto a responsabilidade da variação nas alíquotas do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) na diferença de preço nas bombas de gasolina, álcool e diesel.  |
| Amazônia | **Câmara dos Deputados | CFT | 27 (quarta), às 10h, Anexo II, Plenário 04**[**REQ 353/17**](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2150325) - Requer audiência pública conjunta com a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia para debater os impactos do neoliberalismo na bio-sociodiversidade da Amazônia". **Requerimento aprovado.**  |
| FUNAI e política indigenista  | **Câmara dos Deputados | CAPADR | 27 (quarta), às 10h, Anexo II, Plenário 06**[**REQ 481/17**](http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2152725) - Requer a convocação do senhor Torquato Lorena Jardim, Ministro da Justiça, para prestar esclarecimento sobre a falta de regulamentação das parcerias entre os agricultores e os índios do Brasil, e as providências tomadas com os encaminhamentos solicitados pela CPI FUNAI E INCRA 2 da Câmara dos Deputados. **Retirado de pauta pelo relator.** |
| Amazônia | **Câmara dos Deputados | CINDRA| 27 (quarta), às 10h, Anexo II, Plenário 15**[**REQ 178/17**](http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2152355) - Requer audiência pública com a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia para debater os impactos do neoliberalismo na bio-sociodiversidade da Amazônia. **Requerimento aprovado por unanimidade.** |